

Editorial

Em muitos aspectos uma revista científica se assemelha a outros tipos de publicação impressa. Para produzi-la há que se organizar pauta, selecionar textos, ordená-los, editá-los e revisá-los. Porém, diversamente ao que ocorre nas revistas de entretenimento, cada uma dessas etapas flui sob circunstâncias específicas, haja vista que a publicação científica, além de informar, tem a obrigação de qualificar e avaliar a informação – considerando-se que a comunicação científica não é descartável e tende a ser perene mesmo quando a informação em si tenha sido atualizada por novos conhecimentos ou descobertas. Cada artigo publicado passa a fazer parte do *estado da arte* sobre aquele assunto, construindo o arcabouço do conhecimento em ciência.

Uma diferença notável, que decorre da obrigação de qualificar e avaliar a informação, se dá na organização da pauta, pois o conjunto de artigos de cada número é tomado do rol dos trabalhos espontaneamente enviados pelos autores. Cada fascículo é organizado a partir do que nos chega às mãos, dos trabalhos desses pesquisadores e estudiosos em bioética, que querem partilhar o resultado de sua investigação. Isso implica que as temáticas tratadas são previamente escolhidas por eles, em seus projetos de pesquisa ou reflexões a respeito dos dilemas éticos vivenciados em sociedade. Por isso, a autonomia dos editores e do Conselho Editorial de uma publicação científica é restrita quando comparada àquela que se pode ter em uma revista de entretenimento e informação, que seleciona suas matérias e temas dentre quaisquer eventos da vida social.

O processo de qualificação e validação dos trabalhos publicados, indispensável para dar credibilidade científica ao material impresso, segue parâmetros definidos internacionalmente, que determinam que cada artigo seja examinado tanto pelos editores quanto e, especialmente, por três integrantes do Conselho Editorial da revista, sendo considerado adequado para publicação se aceito por, pelo menos, dois desses conselheiros. Quando se trata de tema específico, em relação ao qual nenhum integrante do conselho é plenamente qualificado para atestar a validade das informações, recorre-se a pareceristas *ad hoc*, especialistas na área tratada. Para que a validação ocorra, cada artigo publicado deve – necessariamente – ser aprovado por seus pares, assegurando, assim, que as informações são pertinentes e legítimas.

Na prática, isso quer dizer que cada trabalho disponibilizado aos leitores foi submetido ao crivo dos pareceristas do Conselho Editorial da *Revista Bioética* ou de especialistas convidados – os quais os leem atentamente, refletem sobre seu conteúdo e analisam suas características segundo critérios conceituais, lógicos e formais. A seguir, elaboram um parecer, detalhando a situação do artigo avaliado: se deve ser publicado, se precisa ser alterado pelos autores para retificar ou aprimorar qualquer um desses aspectos ou se deve ser recusado por não se encaixar na linha temática da revista, incorrer em falhas formais insuperáveis (no que concerne à apresentação conceitual ou estrutura lógica) e, mesmo, por deixar de apresentar formato ou linguagem acadêmica.

Para se ter precisa ideia do que implica o cumprimento de tais exigências na organização de um número da *Revista Bioética*, deve-se lembrar que, em média, cada fascículo conta com quinze artigos. Disso se depreende que são necessárias, no mínimo, 45 avaliações por pares para cada edição da revista, considerando nessa estimativa o cenário favorável de aprovação de todos os artigos submetidos à avaliação, planejados para determinado número. Na possibilidade de recusa de algum artigo pelos pareceristas ou retirada de artigo pelos autores diante dos pareceres, esse número cresce (obviamente na proporção de três avaliações por artigo), podendo chegar, em casos extremos, a que se tenha que conseguir 54 ou até mesmo 60 pareceres para compor uma única edição. Esse trabalhoso processo, que exige coordenação e logística acuradas, é indispensável para que o leitor tenha a segurança de que cada trabalho publicado é efetivamente científico, independente da perspectiva apresentada ou defendida pelos autores. Implica também em paciência dos autores, que algumas vezes precisam aguardar meses pela publicação de seus trabalhos, bem como em esforço e dedicação constantes dos integrantes do Conselho Editorial, que contribuem regularmente para implementar esse processo.

Tal circunstância é essencial para que essa classe de publicação cumpra rigorosamente seu papel, qualificando por seu processo editorial a produção científica. É exatamente isso que faz a *Revista Bioética*, que a cada número traz a seus leitores trabalhos inéditos daqueles que se dedicam a esse campo de estudo. Esperamos, assim, estar contribuindo continuamente para a sua reflexão.

Gerson Zafalon Martins e Dora Porto
Editores